

**ATA**

Aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceram os Vereadores Francisca Maria da Costa Abreu e José Augusto Ferreira Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara, em nome da Câmara Municipal, felicitou e agradeceu aos alunos da Escola Profissional CISAVE que representaram Guimarães na final da V Edição do Parlamento Jovem Europeu, realizada em Newchantel, na Suíça, conquistando o troféu ao debater o tema “Multiculturalismo: a diversidade nos espaços públicos”. De seguida, o Diretor da Escola Profissional CISAVE dirigiu algumas palavras, agradecendo o apoio que a autarquia sempre tem concedido a esta Escola no âmbito dos projetos desenvolvidos, convidando todos a estarem presente no 3.º Sarau da Escola que decorrerá no próximo sábado, no auditório da Universidade do Minho, pelas 20:45 horas. -----

-----INTERVENÇÕES-----

1 – Vereador José Manuel Antunes – Começou por dizer que a assinatura, no ano de 2010, do contrato de concessão para a

utilização dos recursos hídricos entre a VIMÁGUA e o Estado, através da Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, permitiu àquela entidade a exploração, em regime de exclusividade e durante 30 anos, das captações de água superficiais em Prazins Santa Eufémia até volumes anuais de 13 hm³ (treze milhões de litros) o que, referiu, permite assegurar que a eventual subida generalizada do preço da água não acontecerá em Guimarães. Continuou, dizendo que, desde o ano de 2010 e até ao ano de 2012, foram efetuadas na Estação de Tratamento de Água de Prazins Santa Eufémia mais de 1000 análises, estando a percentagem de cumprimento de legislação muito próxima dos 100%. Lembrou, ainda, que no ano de 2011 a qualidade da água para consumo humano em Guimarães já apresentava 99,05%, perguntando como se explica a necessidade de gastar 2 milhões de euros em tratamento de uma água que, segundo a Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Saneamento (ERSAR), é de excelente qualidade e segura para o consumo. Concluiu, referindo que a água e o seu preço deve ser um fator de coesão social e territorial e que, se não forem cometidos erros, o preço desta tarifa pode baixar. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – Disse querer dirigir uma palavra ao Vitória Sport Clube antes de disputar a final da Taça de Portugal, no próximo dia 26 de maio, regozijando-se pelos resultados alcançados em ano de restrição orçamental no clube, referindo que os números apontam para uma redução do passivo na ordem dos 20% do passivo, o que poderá levar mesmo à sua extinção nos próximos 5 anos, superando todas as expectativas, felicitando, assim, as opções gestonárias da Direção do Clube, liderada pelo Eng.º Júlio Mendes. -----

3 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) – Lamentou que os



moradores da Zona Urbana da Conceição e arrendatários do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, reunidos em plenário no passado Sábado, não tivessem sido recebidos na Câmara Municipal, tal como haviam solicitado atempadamente; **b)** – Na sequência de uma notícia publicada no jornal “Comércio de Guimarães” sobre a execução de obras na Rua 25 de Abril, em Silves, disse recear que a construção da ligação entre a rotunda de Mouril, em Silves, e a Variante de Creixomil, não vá resolver os problemas de trânsito naquela zona, mostrando reservas quanto ao projeto que brevemente será executado. Disse, ainda, que o problema das acessibilidades em Silves resulta do erro verificado com a construção da rotunda de acesso à auto-estrada.

4 – Presidente da Câmara – a) – Sobre o plenário dos moradores da Zona Urbana da Conceição disse que, em reunião com o líder do grupo que orientou o plenário e a marcha pelas ruas da cidade, acertou pormenores relativamente à sequência a dar à resolução que pretendiam entregar na Câmara Municipal; **b)** – Sobre a execução de obras na Rua 25 de abril, em Silves, disse que aquando da execução da via foi consultada a Estradas de Portugal, pelo que todas as opções tomadas foram da responsabilidade daquela entidade. Informou, ainda, que as alterações a implementar estão a ser trabalhadas pelos serviços do Departamento de Obras Municipais e da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas desta Câmara Municipal; **c)** – Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, começou por dizer que seria mais adequada numa Assembleia Geral do Vitória Sport Clube, contudo, acrescentou que, independentemente do resultado da final da Taça de Portugal, todos reconheciam a este Clube o mérito pelo trabalho desenvolvido nesta época, salientando que o Vitória Sport Clube é profundamente representativo e a bandeira

mais importante do desporto no concelho; **d)** – Sobre o pedido feito pelo Vereador José Manuel Antunes na última reunião de Câmara para consulta do estudo de tratabilidade da água, elaborado pelo Laboratório de Engenharia Sanitária da Universidade do Porto, disse que embora o mesmo já tivesse sido dado a conhecer publicamente, poderia consultar todo o processo junto da VIMÁGUA, de acordo com a disponibilidade já manifestada pelo Presidente do respetivo Conselho de Administração. -----

5 – Vereador Amadeu Portilha – Disse que a Câmara Municipal deveria, igualmente, demonstrar a sua solidariedade para com o Moreirense Futebol Clube, que está a lutar pela manutenção na 1ª Divisão da Liga Portuguesa de Futebol Profissional. -----

6 - Vereador Domingos Bragança - Esclareceu o Vereador José Manuel Antunes sobre uma questão levantada no âmbito da discussão e aprovação do Relatório e Contas de 2012 na última reunião do executivo. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse ter concordado e subscrito o texto remetido pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra solicitando ao Presidente da República a não promulgação da legislação aprovada em Conselho de Ministros do passado dia 11 de abril que estabelece o novo regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, considerando que este modelo de agregação de sistemas existentes não resolve o problema da sustentabilidade do sector, limitando-se a empurrar para os municípios e para as famílias o custo das ineficiências e



dos erros do passado, ao mesmo tempo que constitui um rude golpe na autonomia local, ao abrir as portas a que qualquer Governo possa vir a legislar em matérias de competência municipal, ignorando a vontade dos municípios e impondo o que lhe aprouver. **2** – Da resolução enviada ao Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e entregue nesta Câmara Municipal pelos moradores da Zona Urbana da Conceição, na sequência de um plenário e marcha pelas ruas da cidade, que culminou com uma concentração no Largo da Câmara Municipal; **3** – De uma informação do Diretor do Departamento de Obras Municipais sobre a poupança verificada com as medidas de racionalização e eficiência energética no Município de Guimarães, verificando-se uma diminuição no custo total de energia elétrica IP de €796.637,00, ou seja, 31,07%. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, a seguinte proposta: -----

VOTO DE PESAR – DOMINGOS FERNANDES – ANTIGO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CONDE – Presente a seguinte proposta: “Faleceu, no início da corrente semana, o antigo Presidente da Junta de Freguesia de Conde S. Martinho, Domingos Fernandes, que exerceu essas funções desde maio de 1974, após as alterações políticas verificadas em 25 de abril desse ano e até 1997, ao longo de vinte e quatro anos. Neste momento de dor para a população de Conde S. Martinho, que tão dedicadamente representou, proponho que a Câmara Municipal aprove um voto de pesar pelo seu falecimento, a transmitir à sua família e aos órgãos autárquicos da sua freguesia.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 - Do e-mail dos Serviços Farmacêuticos da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, remetendo, para conhecimento, o mapa dos turnos das farmácias referentes ao concelho de Guimarães com a alteração resultante do encerramento de uma das farmácias que constava do mapa inicial. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **2** - Do ofício da VITRUS Ambiente, EM, SA, remetendo, para conhecimento, o Relatório e Contas de 2012, aprovado em Assembleia Geral realizada no passado dia 25 de março, acompanhado da respectiva Certificação Legal das Contas e Parecer do Fiscal Único, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; **3** - Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, SA, remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económico-financeira da CASFIG - Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda., que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA - ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2013. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

FREGUESIAS - PROTOCOLOS A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS - ANO DE 2013 - Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, nomeadamente no seu Plano de Atividades para o ano de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a



execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respetivas Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio. Deste modo, coube a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2013, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas, de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Propõe-se, assim, a aprovação dos protocolos a estabelecer com cada Junta de Freguesia – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS e PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA APOIO NA EXECUÇÃO DE OBRAS NA FREGUESIA”, conforme minutas que se juntam em anexo, bem como a aprovação do mapa de repartição de apoios a conceder neste âmbito, com menção das obras a que se destinam.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AMBIENTE - OPOSIÇÃO À ATUALIZAÇÃO DO TARIFÁRIO DE RESÍDUOS DA RESINORTE PARA 2013

– Presente a seguinte proposta: “A RESINORTE remeteu à Câmara Municipal, no passado dia 4 de Abril, um ofício com a aprovação, pela Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, do tarifário pela atividade de valorização e tratamento de resíduos a praticar em 2013, cujo valor passa a ser de **36,30€ por tonelada**. O tarifário aplicado em 2012 foi de **34,06€**, pelo que o novo valor representa um aumento de **6,6%** (e não de 8,8% conforme consta do ofício enviado pelo MAMAOT à Resinorte em 8 de Fevereiro). No contrato de concessão celebrado a 21 de outubro de 2009, na sua página 35, relativa ao projeto tarifário numa ótica de modelo de tarifa anual de equilíbrio, a tarifa prevista para o ano de **2013 seria de 33,75€**, sendo que o valor

agora praticado estava apenas previsto para o ano de 2015. Na cláusula 15 desse mesmo contrato, relativa à fixação e revisão de tarifas, a RESINORTE deve apresentar, em cada ano que reflita alteração de tarifário, um projeto de tarifário devidamente fundamentado, estudo que até à data não recebemos. O que significa que a nossa previsão para 2013 em termos de custo para este serviço sofra um **aumento** não previsto na ordem dos **122.000 euros**, a que acresce as Taxas de Gestão de Resíduos (TGR) previstas no artigo 58º do decreto-lei 73/2011, de 17 de junho, que perfaz cerca de 383.000 euros/ano, cobradas desde 2005. Estes valores da TGR não estão a ser imputados ao utilizador final, como menciona a Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR), em que preconiza que as tarifas devem ter uma componente fixa, uma variável e englobar uma terceira referente ao valor da TGR. -----

Quantidade de resíduos recolhidos 2012 (54866.36Ton)	Valor (euros/ton/ano)
Ano 2012	1.868.748,22 €
Ano 2013 (adotando a quantidade de 2012)	1.991.648,87 €
Diferencial	+ 122.900,65 €

A Câmara Municipal de Guimarães tem feito um esforço muito grande no sentido de não aumentar a tarifa de resíduos, sensível às dificuldades sentidas pelos nossos cidadãos, e isso tem provocado um desequilíbrio no balanço entre custos e receitas na gestão do serviço de recolha de resíduos no nosso Concelho, que em 2012 foi na ordem de 1.955.000 euros (com uma taxa de cobertura das receitas na ordem dos 55%), inferior a 2011, mas apenas porque temos feito um grande esforço na contenção da despesa de funcionamento do serviço (menos funcionários, menos horas extras, menos material circulante, menos manutenções, etc). Infelizmente, constata-se que esse esforço é apenas



protagonizado pela autarquia e que a administração central e as suas representadas não estão dispostas a assumir idêntica postura. Relativamente aos custos com o tratamento, verifica-se ainda que, apesar das quantidades de resíduos recolhidos indiferenciadamente estarem a diminuir (de 57.862 toneladas em 2010 para 54.866 toneladas em 2012), o custo com o tratamento tem vindo a aumentar (de 2.038.372 euros em 2010 para 2.251.702 euros em 2012), o que determinou que a tarifa praticada pela RESINORTE (com a TGR incluída) passou de 35,23€ em 2010 para 41,04€ em 2012. O que é tanto mais grave se atendermos à circunstância de o serviço prestado pela RESINORTE na recolha seletiva ter registado um decréscimo significativo nos últimos anos, principalmente ao nível da recolha do vidro (-2%) e do papel/cartão (-12%), conforme se verificou em 2012, agravando uma tendência negativa que já vinha de 2011; o que se repercute também negativamente na receita daí decorrente, sendo de realçar que quando a recolha seletiva era assumida pelos serviços municipais, a receita anual rondava os 3.185.000 euros (2.489.574 euros referentes às tarifas aos utilizadores finais e 695.372 euros referentes ao valor da contrapartida pela recolha seletiva) - para cerca de 63.000 toneladas recolhidas de resíduos indiferenciados e 7.376 toneladas de recolha seletiva - e que no ano passado a receita diminui para cerca de 2.384.000 euros (apenas referente às receitas das tarifas cobradas aos utilizadores finais, dado que o valor da tarifa preconizada pela RESINORTE aos Municípios já reflete os proveitos com a recolha seletiva) - para apenas cerca de 55.000 toneladas recolhidas de resíduos indiferenciados e 6.415 toneladas de recolha seletiva. Registe-se que o objetivo definido pela ERSAR para a quantidade de resíduos de

embalagens recolhidos no Concelho de Guimarães é de 7.798 toneladas, o que significa que o nosso Município, através do serviço concessionado à RESINORTE, não cumpre esse objetivo, resultando como um indicador de qualidade insatisfatório. Agrava ainda esta situação a não aquisição de novos ecopontos e a manifesta insuficiente reposição de equipamentos danificados, verificando-se que também na acessibilidade ao serviço através dos ecopontos, e ainda de acordo com a ERSAR, a qualidade do serviço é insatisfatória, dado que só 69% dos alojamentos se encontram até 200 m. Este é, pois, um assunto que nos preocupa bastante, que demonstra profunda insensibilidade da tutela para as dificuldades que as autarquias estão a passar e que, no futuro, inevitavelmente vão determinar um aumento substancial das tarifas de resíduos aos nossos munícipes, sob prejuízo de se agravar ainda mais a sustentabilidade do serviço. Tendo em conta o exposto, proponho que se envie um ofício à Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território referindo, nos termos do argumentário atrás utilizado, manifestando a nossa firme oposição à atualização do tarifário pela atividade de valorização e tratamento de resíduos a praticar em 2013, que resultará num agravamento significativo do custo da gestão deste serviço no Município de Guimarães, contrariando as diretivas nacionais e comunitárias que obrigam à compensação tendencial dos custos sociais e ambientais que o produtor gera à comunidade ou dos benefícios que a comunidade lhe faculta (DL nº 178/2006, de 5 de Setembro – regime Geral da Gestão de Resíduos) e que as prestações a fixar pelos municípios relativas a este serviço garantam a cobertura dos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses mesmos serviços (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças



Locais).” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

EDUCAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS ALUNOS DA ESCOLA EB1 OLIVEIRA DO CASTELO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Pais dos Alunos da Escola EB1 Oliveira do Castelo solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 22 de Março, ao Pavilhão Multiusos. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho de 12 de Março de 2013 propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara o pedido de apoio para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte dos alunos, nos dias 8, 9 e 11 de Abril para a semana de leitura. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e por despacho de 27 de Fevereiro de 2013, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se o pedido de apoio para ratificação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – PROCESSO nº 187818991/13

- Presente a seguinte informação: "O n.1 do artigo 18º – Capítulo III do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos prevê o apoio, até ao limite máximo de dez mil euros, em obras de beneficiação ou melhoria das condições de habitabilidade dos agregados familiares residentes em habitação própria ou cedida por arrendamento ou outro título. Assim, após análise do processo de candidatura a este apoio e estudo cuidadoso da situação socioeconómica da requerente, foram elaborados pareceres técnicos propondo a atribuição do subsídio que consta do mapa anexo." O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CASFIG – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: "A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 16 de Maio, para efetuar o transporte dos Idosos residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao município de Guimarães. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em varias atividades, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 24 de Abril de 2013, propõe-se o deferimento do pedido de apoio. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara, para deliberação." **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a



seguinte proposta: "A Associação Académica da Universidade do Minho solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos convidados, no dia 06 de Julho, ao Centro Histórico. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 4 de Abril de 2013, propõe-se o deferimento do referido pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara o pedido de apoio, para deliberação."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS

– ÉPOCA DESPORTIVA 2012/2013 – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Na sequência do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, em vigor, procedeu-se mais uma vez ao período de recepção de candidaturas para apoios aos clubes desportivos. Neste momento, encontram-se inscritos um total de 67 clubes desportivos no Registo Municipal das Associações Desportivas, requisito indispensável para a apresentação de pedidos de apoio ao financiamento municipal. Neste sentido, e na sequência do *terminus* do prazo para apresentação de candidaturas a 31 de Outubro de 2012, deram entrada nos Serviços de Desporto da Câmara Municipal de Guimarães um total de 59 candidaturas, correspondendo a 23 pedidos de apoio à construção e requalificação de instalações desportivas, 29 pedidos de apoio à formação de camadas jovens e 7 pedidos de apoio à organização de atividades e eventos desportivos. Nos termos do estabelecido nesse Regulamento, e com base nos critérios de elegibilidade e de qualidade previstos, submete-se à aprovação a atribuição dos

seguintes subsídios: **Apoio à formação de camadas jovens e eventos desportivos:** Após a verificação dos critérios de elegibilidade, que determinaram a exclusão de algumas candidaturas, foi realizada uma avaliação qualitativa que se baseou nos seguintes critérios: Participação em modalidades Colectivas e/ou Individuais; Participação oficial em competições desportivas de carácter Regional, Nacional e/ou Internacional; Número de equipas por escalão e modalidade; Número de praticantes federados e/ou não federados; Utilização de instalações desportivas próprias ou arrendadas; Informações acerca do pessoal técnico; Realização de exames médico-desportivos. Com base nestes critérios, a Câmara Municipal decidiu atribuir os seguintes subsídios: -----

Apoio à Formação	Valor
Vitória Sport Clube	110.000,00 €
Futebol Clube "Os Piratas de Creixomil"	12.000,00 €
Clube Desportivo Xico Andebol	10.000,00 €
Centro de Atividades Recreativas Taipense (CART)	8.000,00 €
Brito Sport Clube	7.500,00 €
Guimarães Rugby Union Football Club	7.500,00 €
Pevidém Sport Clube	7.500,00 €
Clube Caçadores das Taipas	7.500,00 €
Casa do Povo de Fermentões	7.500,00 €
GDR "Os Amigos de Urgeses"	7.500,00 €
Centro de Cultura e Desporto O Desportivo de Ronfe	7.500,00 €
Os Sandinenses GDRC	7.500,00 €
Clube Desportivo de Ponte	5.000,00 €
Associação Cultural e Recreativo Lordelo	2.000,00 €
Clube Desportivo da CERCIGUI	1.500,00 €
Grupo Desportivo Unidos do Cano	1.000,00 €
Grupo Desportivo União Torcatense	1.000,00 €
Grupo Recreativo e Cultural de Aldão	1.000,00 €



Apoio à Formação (continuação)	Valor
Clube Ténis de Guimarães	1.000,00 €
União Desportiva de Airão	750,00 €
Centro Social Clube Recreativo Candoso	750,00 €
Grupo Desportivo Serzedelo	750,00 €
Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Vila	750,00 €
Clube de Ténis de Mesa das Taipas	500,00 €
Guimarães Futsal Clube	500,00 €
ARCAP - Academia Recreativa e Cultural Amigos de	500,00 €
Associação Juvenil de Karaté Portugal	250,00 €
Associação AMAR BTT Torcatense	250,00 €
Eventos desportivos	Valor
Associação de Futebol Popular de Guimarães	15.000,00 €
Associação de Ciclismo do Minho	10.000,00 €

Neste sentido, são atribuídos um total de **242.500,00€**, repartidos pelas diferentes tipologias de apoios. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Pelas 11:35 horas interveio o cidadão **António Freitas**, morador no Centro Histórico de Guimarães, pedindo o reforço da segurança em diversas ruas desta zona da cidade, denunciando o desespero de alguns moradores devido ao barulho provocado pelos utentes dos bares e à insegurança verificada naquelas artérias da cidade. Lembrou o abaixo-assinado entregue na Autarquia contra a abertura de um bar num edifício de habitação na Rua João de Melo e que não terá sido tido em conta pelos serviços que licenciam aqueles estabelecimentos. -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que a segurança não cabe à Câmara Municipal, mas à Polícia de Segurança Pública. Disse, contudo, que iria fazer diligências junto da PSP transmitindo-lhe estas queixas, solicitando-lhes que patrulhem esta zona. Referiu

que até às 03:00 horas da manhã a Câmara Municipal pode fazer passar por lá os agentes da Polícia Municipal, embora esta não tenha as funções da PSP. Disse compreender os moradores e estar preocupado com estes problemas, comprometendo-se, assim, a desenvolver esforços para que a segurança seja reforçada no Centro Histórico. -----

O **Vereador César Machado** prestou, igualmente, alguns esclarecimentos sobre aspetos deste processo, designadamente as alterações que vão agora ser aprovadas na Assembleia Municipal ao Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços. Acrescentou, ainda, sobre a abertura do bar, que a Câmara Municipal tem de fazer cumprir a lei e que o estabelecimento está licenciado para o serviço em causa, pelo que a Autarquia não o pode impedir. Disse, ainda, que há uma legislação que vai agora entrar em vigor e que vai permitir à PSP a medição do volume de som, podendo atuar em situações em que se verifique esse incumprimento. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA E CINCO MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----